

## **A TRAJETÓRIA DO ACAMPAMENTO JOSÉ MANOEL BANDEIRA EM PIRAPORA - MG<sup>1</sup>**

Célia de Assis Mata<sup>2</sup>

### **Resumo**

A questão agrária tem origem no processo histórico de ocupação da terra no país. Assim, a estrutura fundiária foi sendo moldado de forma desigual, o que ocasionou o surgimento de um quadro de exclusão e marginalização dos camponeses. Essa situação motivou a formação de um movimento de massa nacional, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A cidade e o campo têm se tornado cada vez mais espaço de conflitos que culminam nas diversas formas de resistências e lutas sociais. Por isso, as reivindicações no campo vão desde a luta pela terra, ao reconhecimento das culturas e dos direitos fundamentais à existência humana. Diante do exposto, analisaremos nesse trabalho, o histórico do Acampamento José Manoel Bandeira, movimento que teve início no ano 2003, localizado em Pirapora-MG, na mesorregião Norte de Minas Gerais. Para realização dessa pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico, assim como trabalho de campo no Acampamento, visita na prefeitura para construir o histórico do futuro assentamento a partir da história de vida dos acampados

**Palavras-chave:** Questão agrária, MST, Acampamento José Manoel Bandeira.

### **Introdução: A questão agrária no Brasil**

A cidade e o campo têm se tornado cada vez mais espaços de conflitos que culminam nas diversas formas de resistências e lutas sociais, para falar de reforma agrária é preciso que exista de fato uma política neste sentido, um plano com objetivo e metas para desconcentração fundiária. No decorrer dos anos vem tentando solucionar conflitos no campo com algumas desapropriações e com a compra de terras, respondendo às pressões das famílias sem terra.

“É interessante notar que o MST atua em vários estados; no entanto, o número de assentamentos ainda continua inferior aos parâmetros cabíveis para uma ampla reforma agrária, que não se restrinja apenas em dar “terras” para aqueles que não às têm”. (FERREIRA, 2011, p. 41).

O Art.184. CF/88 diz que compete a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante

---

<sup>1</sup>Trabalho vinculado à pesquisa: “Atlas da questão agrária no Norte de Minas Gerais” realizado no âmbito do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros, com apoio da FAPEMIG.

<sup>2</sup> Graduanda em Geografia – UNIMONTES. Bolsista de Iniciação Científica – BIC/CAMPI/UNIMONTES. E-mail: [celiamata1981@hotmail.com](mailto:celiamata1981@hotmail.com)

prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusulas de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão e cuja sua utilização será prevista em lei.

De acordo com Martins (1997, p. 48):

[...] uma reforma agrária ampla e conseqüente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. Só elites obtusas não podem ver isso.

A organização de uma ocupação de terras devolutas decorre da necessidade de sobrevivência, acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência, através da luta pela reforma agrária, o movimento tem possibilitado famílias que se encontravam em situação de exclusão social a construção de um novo horizonte de vida, a partir do acesso à terra e da possibilidade de trabalho permanente e de geração de renda que dela advém.

Vive-se no Brasil cotidianamente, a rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto, apreenderam que só a luta garantirá no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado. (OLIVEIRA, 2007, p. 153)

A reforma agrária é uma necessidade urgente que contribui para manutenção, construção e consolidação de nossa soberania, diante do avanço do agronegócio favorecido pela disputa desigual exemplificada na figura entre modelos de desenvolvidos distintos, com interesses distintos. Enquanto o agronegócio e seu conglomerado de empresas utilizam o território brasileiro para especulação e produção de mercadorias voltadas para o mercado internacional o campesinato tem o compromisso com o local, produzindo alimentos em quantidade e qualidade para a grande maioria da população. A organização de uma ocupação de terras devolutas decorre da necessidade de sobrevivência, acontece pela consciência construída na realidade em que se vive.

## **Um breve histórico da luta pela terra no Acampamento José Manoel Bandeira**

A partir desse breve resgate histórico, a presente pesquisa visa analisar umas das áreas ocupadas pelos Sem Terra. A Fazenda da Prata que esta localizada em Pirapora-MG, na mesorregião Norte de Minas Gerais, que possuiu uma área de 2.937 hectares, terras que se encontrava abandonada, existe mais de 24 processos no Fórum da Comarca de Pirapora adquirido pelo proprietário da Fazenda da Prata dos quais dois correm sob segredo judicial. Essa fazenda foi ocupada em 2003 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cerca de 140 famílias residiram no local por sete anos. E, no ano de 2009 as famílias foram despejadas, mas a área continuou abandonada por dois anos. Diante disso, em 05 de agosto de 2012, cerca de 180 famílias reocuparam o local, tornando a área novamente produtiva. O nome da Fazenda da Prata foi mudado no ano de 2003 pelos ocupantes do local para José Manoel Bandeira em homenagem ao um trabalhador que lutou para que esta terra fosse desapropriada.

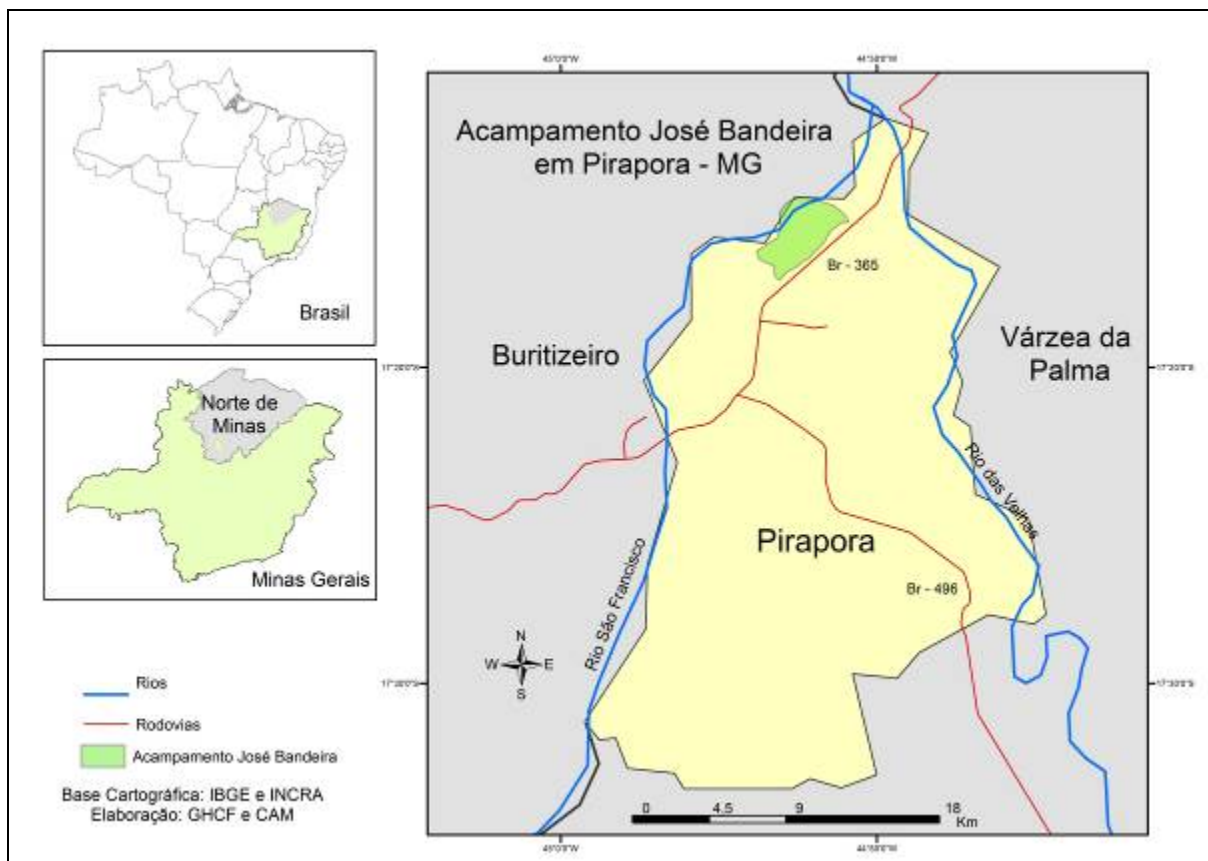
**Figura 01: Residência no Acampamento José Manoel Bandeira**



**Fonte: MATA. Célia de Assis, 2017.**

### Mapa 1: Acampamento José Bandeira em Pirapora-MG

Fonte



**Fonte: GHCF e CAM, 2017. Mapa da localização do Acampamento José Bandeira**

Já no ano de 2015 houve uma ruptura entre os camponeses José Manoel Bandeira e o MST; os camponeses afirmam que não existe mais nenhuma ligação dos mesmos com o movimento, após o rompimento com o MST os Acampados criaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Renegados (MSTR), movimento criado pelos próprios camponeses dissidentes, atualmente os mesmos pertencem ao MTCST- Movimento dos Trabalhadores Camponeses Sem Terra, também criado pelos camponeses.

**Figura 02: Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Camponeses Sem Terra**



**Fonte: MATA. Célia de Assis, 2017.**

Conforme entrevista realizada com os Acampados os mesmos relataram que atualmente 145 famílias vivem no acampamento, as famílias são compostas no mínimo de sete pessoas que vivem de forma precária, pois o local não oferece condições básicas de moradia, o banheiro é improvisado, não tem água encanada e não tem energia elétrica no local. A sobrevivência cotidiana dos camponeses sai destas terras, eles cultivam todo o tipo de cultura como milho, feijão, mandioca, melancia, abóbora e hortaliças, cultivados sem agrotóxicos, estes produtos são comercializados pelas famílias na cidade, através das feiras e supermercados, alguns produtos são revendidos para outras cidades.

**Figura 03: Aboboras colhidas no Acampamento**



**Fonte: MATA. Célia de Assis, 2017**

Segundo relatos dos camponeses eles não recebem nenhuma ajuda governamental para investir nas suas plantações, todo investimento no plantio das culturas são custeados por eles próprios.

### **Ocupação da Prefeitura Municipal de Pirapora-MG**

A Prefeitura Municipal de Pirapora disponibiliza um ônibus para fazer o transporte escolar e fornece carros pipas que levam águas para abastecer os moradores do Acampamento três vezes semana, era um acordo que a gestão anterior (2013-2016) tinha com os camponeses. Já com a gestão atual os camponeses e a Prefeitura não possuem uma boa

relação, e os mesmos relataram que durante meses os responsáveis pelo acampamento vinham tentando agendar uma reunião com a Prefeitura de Pirapora, não obtendo êxito.

No dia 03 de abril de 2017, 160 famílias do Movimento dos Trabalhadores Camponeses Sem Terra, Acampamento José Manoel Bandeira (Fazenda da Prata, Pirapora-MG), ocuparam a Prefeitura Municipal de Pirapora exigindo uma reunião com a Prefeita para reivindicarem a garantia de direitos fundamentais que os moradores alegam que vem sendo negados.

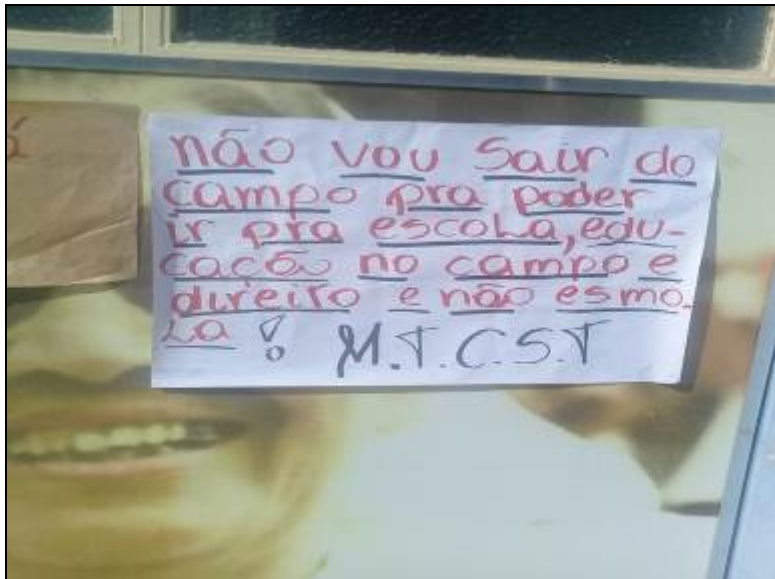
**Figura 04: Ocupação da Prefeitura Municipal de Pirapora**



**Fonte: MATA. Célia de Assis, 2017**

Reivindicam, sobretudo: Fornecimento regular de água e luz, regularidade no transporte escolar e retorno do projeto Escola Integrada. Disponibilização de agente comunitário de saúde para o Acampamento, convênio da Prefeitura de Pirapora com a Emater para garantia do Seguro Safra, manutenção das estradas de acesso ao Acampamento, apoio ao projeto de proteção de nascentes e de cultivo de mudas para revitalização das matas ciliares de margens dos cursos d'água locais e do Rio São Francisco.

**Figura 05: Cartas afixadas na Prefeitura durante a ocupação do prédio pelo Movimento dos Trabalhadores Camponeses Sem Terra**



Fonte: MATA. Célia de Assis, 2017

Atualmente ainda permanece um impasse entre os acampados e os representantes da Prefeitura, algumas das reivindicações citadas anteriormente foram atendidas, o ônibus escolar tem rodado diariamente no acampamento, o fornecimento de água ainda não foi regularizada completamente, mas os carros pipas abastecem o acampamento pelo menos duas vezes por semana.

### **Projeto Escola Integrada no Acampamento**

Sabe-se que a identidade do Acampado é o resultado da busca da comunidade por uma transformação da realidade, que se inicia a partir do momento da vinculação desses com o cotidiano de luta. O acampamento sendo uma forma de materialização dessa luta promove esse processo de formação da identidade. Ao longo desse árduo caminho da conquista da terra, a escola, pelo acesso a água, por se encontrar neste espaço de luta, também se enquadra neste modelo, portanto é um espaço formador da identidade do Acampado, essa escola pode ser considerada um espaço de referência da identidade de sem-terra, elevando ainda mais sua importância para o acampamento e para a consolidação deste movimento.



Um dos motivos que levaram as famílias do Acampamento José Manoel Bandeira a ocuparem a Prefeitura Municipal foi à reivindicação do Projeto Escola Integrada, segundo relato dos moradores do Acampamento a escola que atualmente esta fechada já foi muito ativa, os moradores relembram da escola com muita saudade. No período de 2004 a 2009 os alunos do Acampamento não precisavam se descolar para fora do mesmo para estudar, pois tinham uma escola dentro do próprio Acampamento, cerca de 30 alunos das series iniciais estudavam na escola.

No ano de 2009 os Acampados foram despejados do local e só reocuparam a fazenda no ano de 2012, mas a escola só voltou a funcionar no ano de 2014 até o ano de 2015, os moradores relataram que neste período a Escola era uma extensão da Escola secular, as turmas eram multisseriadas, vinte 23 alunos de 1º a 5º Ano freqüentavam a escola. A escola tinha um Pedagogo, uma Professora de Matemática e uma Professora de Português que davam aulas de reforços para os alunos que estavam em dificuldade. A escola do Acampamento ainda contava com uma Operadora Educacional que preparava as feições para os alunos todos os dias, todos os profissionais da educação citados anteriormente eram cedidos pela Prefeitura de Pirapora.

A Escola também contava com profissionais voluntários que davam aulas de Educação Física e Artesanatos. Após entrevistas com os Acampados os mesmos relataram que no espaço escolar eram realizadas palestras que abordavam os seguintes temas: Medicina Alternativa, preservações de áreas ambientais, ciências da vida e da natureza, formação familiar, alcoolismo e drogas, muitas desta palestras eram feitas em parceria com a Ação Social e os Agentes de Saúde do Acampamento. Também eram realizadas oficinas de plantio de mudas no acampamento, e confecções de xaropes caseiros que os alunos aprendiam a fazer durante as palestras de medicina Alternativa

### **Considerações finais**

Diante do exposto, considera-se que o papel dos movimentos de luta pela terra é importante, e que os assentamentos oriundos da reforma agrária perseguem os meios para produzir na terra e viverem com dignidade dos preceitos constitucionais, acreditamos na legitimidade dos movimentos Sem Terra, os quais têm resistido a todo tipo de agressão física e moral com paciência.

E que apesar de haver precariedade em muitos Acampamentos como falta de estradas adequadas, de postos de saúde, percebe-se que as famílias que ali residem acreditam que suas vidas melhoraram depois que entraram nos Acampamentos, uma vez que possuem a sua própria moradia, conseguem colocar seus filhos na escola e podem, ao menos, produzir para o seu próprio sustento, garantindo sua segurança alimentar, nesse sentido, a reforma agrária vem reafirmar ser uma política de inclusão social.

Acampamentos e assentamentos constituem-se em novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e bóia-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças, abria novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo são componentes ainda localizadas no campo brasileiro, sinal inequívoco de que estes trabalhadores, apesar de tudo, ainda lutam. (OLIVEIRA, 2007, p. 137-138)

A reforma agrária é, portanto, um processo de mudanças estruturais que visa distribuir os direitos sobre a posse e uso da terra e o controle de sua produção, assegurando a participação da população rural. A reforma agrária é um processo gradativo, e necessita de um programa de governo eficaz, visando o desenvolvimento da agricultura, das formas de produção, e, que, principalmente, solucione os problemas sociais do campo. Para que a reforma agrária alcance seus reais objetivos de instrumento propulsor social e econômico no campo, alicerçado na democratização do acesso a terra, no cumprimento da função social que tem a propriedade, é necessário que ela esteja acoplada e harmonizada a um modelo de desenvolvimento econômico bem definido, que realmente contemple os direitos fundamentais do povo de um país. Caso contrário, como tem acontecido no Brasil, ela apenas cumprirá o seu papel de política compensatória, deixando de atacar, na essência, as causas da fome e da miséria, que respondem pela exclusão social de parcela significativa da população.

Nesse sentido, a reforma agrária no Brasil, não deve ser somente resultados de uma eventual democratização do acesso a terra, ela deverá estar voltada para a construção de um novo modelo de desenvolvimento que tenha como base a agricultura camponesa, desenvolvimento rural, diminuição da violência, êxodo rural e a desigualdade social.

## Referências Bibliográficas

ARANHA, Hialely Carvalho. **A ocupação das propriedades rurais improdutivas.** Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/25323/a-ocupacao-das-propriedades-rurais-improdutivas>>. Acesso em: 16 de maio de 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso a terra.** Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes\\_ocupacao.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf)>. Acesso em 15 de maio de 2017.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. **No Chão e na Educação: o MST e suas reformas.** Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

Prefeitura Municipal de Pirapora. Disponível em: <<http://www.pirapora.mg.gov.br/>>. Acesso em 25 de Setembro de 2017.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Capitalista de Produção, Agricultura é Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH/ Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Igino Marcos da Mata de. **Breve história da terra no Brasil.** Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/709480>>. Acesso em: 16 de maio de 2017.

PARENTE, José Vaz. **Reforma Agrária na atualidade e perspectivas.** Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29857-29873-1-PB.pdf>>. Acesso em 03 de Setembro de 2017.

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Disputa territorial, conceitualização e a atualidade da Reforma Agrária no Brasil.** Disponível em: <<https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/herivelto-fernandes.pdf?noCache=1364503807774>>. Acesso em: 24 de Agosto de 2017.

SOUZA, Vanilde Ferreira de. **Reforma Agrária, qualidade de vida e segurança de vida alimentar e nutricional.** Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Artigo-1.pdf>>. Acesso em: 28 de Agosto de 2017.